Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2024	15h	ORDINÁRIA	117

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.042/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 31.948.892,00”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. Foram apresentadas 205 emendas na CEOF. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

PARECER CEOF

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 1.042/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 31.948.892,00”.

O projeto de lei visa a abrir crédito orçamentário ao orçamento do DF no valor de R\$31.948.892,00, assim discriminados: R\$2.096.540,00 em favor do Fundo Antidrogas do DF, destinados à despesa na ação de assistência aos dependentes químicos do Distrito Federal; R\$100.000,00 em favor do Instituto de Assistência à

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2024	15h	ORDINÁRIA	118

Saúde dos Servidores do Distrito Federal – Inas, destinados a ajuste do programa de trabalho referente às despesas com a capacitação dos servidores; R\$26.400.000,00 em favor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, destinados à criação da ação Apoio a Projetos Educador Social Voluntário; R\$2.602.352,00 em favor do Fundo de Segurança Pública do Distrito Federal, destinados à criação da ação Construção de Espaços com Múltiplas Funções; R\$750.000,00 em favor do Fundo de Combate à Corrupção do DF, destinado à prevenção e repressão à corrupção, por meio de fomento de ações de programas sociais e ações educativas voltadas à conscientização sobre o combate à corrupção.

Foram apresentadas 205 emendas, que visam à realocação dos recursos provenientes de emendas parlamentares dos próprios autores.

No âmbito desta comissão, manifestamo-nos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.042/2024, com acatamento das emendas apresentadas. Informo também que as Emendas nºs 68, 70, 71, 72, 73, 122, 131, 150, 154, 159, 161, 196, 197, 200 e 55 foram retiradas.

É o parecer, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante, para discutir.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, há uma emenda destinada ao educador social voluntário. Essa modalidade foi criada no governo do Rodrigo Rollemberg e é uma das coisas mais

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2024	15h	ORDINÁRIA	119

injustas no serviço público. São trabalhadores, deputado Wellington Luiz, que podem ser considerados boias-frias. São trabalhadoras que estão naquelas escolas e não têm nenhum direito. Recebem 10 reais por hora de trabalho. Não tiram férias, não recebem tíquete-alimentação, não podem adoecer, porque, se adoecerem, não vão receber os 10 reais por hora que eles recebem.

Esse é um debate que tenho levantado nesta casa. Essa situação de exploração desses trabalhadores é pior do que as chamadas cooperativas de trabalho que existem hoje na saúde, no que toca, principalmente, ao *home care*, que é quase escravidão.

Fala-se muito de trabalho escravo – são esses educadores que são pessoas competentes, sérias e trabalhadoras, mas não são voluntários. Voluntário é assim: vou lá no dia que eu quero – não é isso, deputado Gabriel Magno? – e na hora que eu quero vou embora. Eles têm jornada e têm que cumprir. É preciso que esta casa se debruce sobre esta realidade. Estou disposto a travar este debate, até encontrarmos uma solução para esses trabalhadores. Isso é pior do que a terceirização. Isso é gravíssimo e não pode continuar acontecendo! Não podemos ficar assistindo da forma como assistimos hoje.

Portanto, vou votar a favor do crédito, mas devo dizer que essa modalidade do educador voluntário, que não é voluntário, precisa ser resolvida no Distrito Federal. Não podemos continuar assistindo passivamente a essa exploração de que essas trabalhadoras e esses trabalhadores são vítimas.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2024	15h	ORDINÁRIA	120

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra deputado Roosevelt.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, só quero corroborar com o que o nobre colega pontuou agora, em relação ao educador social. Realmente, é um trabalho, praticamente, de escravo. É pago um valor insignificante, dada a relevância do trabalho.

Quero acrescentar, deputado Chico Vigilante, outro desrespeito que vemos na educação. Agora, na sexta-feira, quando me reuni com vários diretores de escolas, chegou a mim uma informação que eu não sabia. Chegou ao meu conhecimento que aquele profissional da área de educação que coloca o nome para concorrer a diretor de uma escola, ao assumir essa responsabilidade, recebe uma gratificação ínfima, que, além de ser ínfima, apresenta diferença. O diretor de escola de ensino médio recebe valor diferente do diretor de escola de ensino fundamental, como se o aluno do ensino médio exigisse mais responsabilidade do que uma criança, ou vice-versa. São alunos que merecem o nosso respeito. Os diretores merecem ainda mais o nosso respeito – um tratamento diferenciado dessa forma é incabível.

Acho que é uma questão que também deve ser discutida sobre como tratar aqueles diretores que assumem essa responsabilidade de gerenciar toda a comunidade escolar e são tratados de forma diferenciada.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2024	15h	ORDINÁRIA	121

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Roosevelt.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.)

–Presidente, essa é uma questão muito grave nas escolas.

Hoje, não há, inclusive por parte da Secretaria de Educação, planejamento algum para atender às nossas crianças, deputado Eduardo Pedrosa. Hoje, na Secretaria de Educação, 5.500 educadores sociais voluntários estão dentro das salas de aula com a responsabilidade e com a tarefa de cuidar, por exemplo, dos estudantes com o espectro autismo e com várias outras demandas. É um profissional que recebe menos de 1 salário mínimo por mês.

A proposta e a política da Secretaria de Educação, hoje, é entregar o cuidado de nossas crianças e nossos adolescentes para um profissional que não ganha 1 salário mínimo. Muitos deles são qualificados, muitos deles fazem um trabalho fundamental, mas não são valorizados. Não há, nas escolas, os monitores. Inclusive, nas salas de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental e de alfabetização, é necessário, por exemplo, haver a bidocência: um segundo professor ou uma segunda professora para dar conta dessa turma. Não há política, hoje, de educação inclusiva.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2024	15h	ORDINÁRIA	122

A Secretaria de Educação matricula os estudantes na escola e, infelizmente, está entregando o cuidado das nossas crianças na mão de profissionais que recebem menos de 1 salário mínimo por mês. Isso é um completo desrespeito. É uma vergonha que a capital do país não tenha uma política séria de inclusão que cuide dessa modalidade de ensino, que é a educação especial, de maneira séria.

Esse crédito é para ampliar a contratação.

Infelizmente, hoje, essa tem sido a realidade das escolas. As direções de escola têm pedido, porque, sem a presença dele, elas não conseguem nem abrir, não conseguem atender às crianças. Então, algumas famílias veem serem negados o direito à matrícula e o direito à atenção, em escolas que dizem que não têm como atender porque não têm profissional, e estão recorrendo a esse instrumento do educador social voluntário.

Eu repito – concordo com o deputado Chico Vigilante – que nós deveríamos acabar com essa modalidade.

Deveria, presidente, haver um crédito para nomear mais profissionais, para nomear psicólogos, nomear monitores, nomear mais professores e orientadores educacionais, porque são esses os profissionais de que hoje a escola precisa, com a valorização necessária.

Quero confirmar e concordar. Nós votaremos, mas com essa questão.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2024	15h	ORDINÁRIA	123

Eu já chamo o nobre colega deputado Eduardo Pedrosa, que defende essa agenda e essa pauta com tanto brilhantismo nesta casa, para cuidarmos melhor de nossas crianças e nossos adolescentes na rede pública, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Só vamos admitir essa matéria.

Antes de continuar a discussão, eu queria registrar a presença do deputado federal Gilvan Maximo, meu amigo.

Obrigado pela presença, deputado. É um prazer tê-lo aqui conosco, deputado Gilvan Maximo. Muito nos agrada a sua presença. Sente-se conosco, Gilvan.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É para discutir a matéria, deputado? O assunto é relativo à discussão? É sobre isso ou é sobre o Iges? Se for sobre o Iges, falaremos após a votação.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Presidente, é porque...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Primeiro a Deputada Dayse Amarilio, depois V.Exa.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu não sei se está na discussão ainda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está na discussão.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2024	15h	ORDINÁRIA	124

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Então é uma questão de ordem da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) –
Presidente, V.Exa. falou do ex-governador Rodrigo Rollemberg. Eu me arrepiei:
apareceu quem aqui? Quem derrotou o Rodrigo Rollemberg na eleição e no tapetão.

Então o Máximo está aí.

[<https://noticias.r7.com/brasil/com-decisao-do-stf-gilvan-maximo-mantem-cargo-de-deputado-federal-e-rollemberg-segue-fora-da-camara-28022024/>]

Presidente, em ralação ao educador social. De fato, foi naquele governo que
houve um *boom* de crescimento, um *boom* de contratação. Nós sempre alertamos
sobre o risco de haver essa precarização. Está aí agora a dificuldade do governo em
fazer essa mudança: tirar o educador social voluntário, que, realmente, de voluntário
não tem nada, para fazer a contratação de profissionais que têm comprometimento.

Não que os que estão lá não sejam comprometidos, mas é obvio que, se
uma pessoa ganha menos que o salário mínimo para fazer um trabalho com criança,
ela vai investir na própria formação? Ela vai investir na própria educação? Ela vai ter
uma relação com o aluno? Não. A qualquer momento ela pode sair e arrumar outro
emprego, que é o que ela quer, um emprego melhor. Então não existe uma relação
entre o educador social com aquela comunidade, com aquele aluno. Diferentemente
de haver ali um servidor que cria essa relação e que tem esse comprometimento.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 04 2024	15h	ORDINÁRIA	125

Não é à toa que vemos, infelizmente, pessoas mau caráter que se travestem de educador social para cometer algum tipo de delito, algum tipo de crime contra as crianças.

Então acho que já passou da hora de revermos esse modelo de contratação para ajudar o educador, o professor ali em sala de aula.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para concluir, deputado.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Então, presidente, corroborando com a fala dos colegas com relação ao desastre que foi o governo Rodrigo Rollemberg, acrescento isto: além da saúde, na educação também.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.042/2024, em primeiro turno. (Pausa.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.